

OS CONDUTORES DE ALMAS AFRICANAS: CONCENTRAÇÃO E FAMÍLIAS NO TRÁFICO DE ESCRAVOS PARA MINAS GERAIS, C. 1809- C.1830

Fábio W. A. Pinheiro
Mestre em História Social (PPGHIS-UFRJ)

Resumo

O presente artigo se propõe, num primeiro momento, a analisar o grau de concentração do tráfico de escravos entre Minas Gerais e a praça mercantil carioca nos anos de 1809 a 1830. Num segundo instante, este escrito pretende demonstrar os principais agentes responsáveis pela movimentação das engrenagens da referida prática mercantil e por último, apresentar algumas das principais famílias da Zona da Mata mineira envolvidas no negócio de almas, procurando destacar, assim, suas relações com importantes negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Tráfico de escravos – Zona da Mata – Minas Gerais.

Sessão Temática: Urbanização e comércio em Minas Gerais no século XIX.

Notas Iniciais

No dia 26 de abril de 1822 na praça mercantil do Rio de Janeiro, José Lourenço Dias, natural e residente em Minas Gerais, despachava para sua terra 41 escravos, destes, 37 eram recém-chegados da África e quatro faziam parte de sua tropa. Além destes escravos, Lourenço Dias trazia em sua companhia Caetano José da Silva Santiago, natural da cidade do Porto.¹ Dois anos depois, José retornava ao Rio de Janeiro e despachava para as Minas 65 escravos, todos africanos novos.²

O personagem em destaque fez parte de um seletto grupo que negociava escravos, freqüentemente, entre a cidade do Rio de Janeiro e a capitania/província de Minas Gerais nas primeiras décadas do oitocentos. Além disso, os negócios de José Lourenço Dias se estendiam também ao tráfico de escravos entre a África e o porto carioca nos anos de 1811 a 1830.³

Dentre milhares de outros, o caso ora exposto mostra como o périplo entre o Rio de Janeiro e os caminhos terrestres que levavam a Minas ainda eram bastante sedutores para negociantes de escravos no século XIX, embora a mineração tenha perdido sua opulência e glamour de outrora e as atividades ligadas a produção mercantil de alimentos ganhado destaque na economia mineira.⁴

Traduzindo em números a afirmação acima, Minas Gerais teria importado entre os anos de 1809 e 1830 40% dos cativos redistribuídos na praça mercantil carioca. As Capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, que em conjunto com Minas eram as principais economias escravistas da América portuguesa, adquiriram no mesmo período, respectivamente, 36%, 15,5% e 8,5% das almas disponíveis no mercado carioca. Destes 40% com destino a Minas, nada mais do que 97,8% eram africanos novos, ou seja, escravos recém-chegados da África, enquanto no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul esta proporção foi de 90,9%; 94,7% e 72,2% respectivamente.⁵

Todas estas informações mostram a íntima ligação entre a economia de Minas Gerais e o tráfico atlântico de escravos nas primeiras décadas do século XIX. Por sua vez, estes dados colaboram com uma discussão teórica que há quase trinta anos vem rondando os ambientes acadêmicos das principais Universidades brasileiras, a saber: a forma pela qual a população escravas de Minas Gerais se reproduziu no século XIX.

O trabalho de Roberto Borges Martins é o ponto de partida desta discussão ao mostrar no início da década de 1980 que Minas Gerais era uma das principais

¹ Códice 421, v. 16, p. 201, registro 277.

² Códice 421, v. 19, p. 116, registro 84. Na documentação utilizada (que será explicitada adiante) é possível identificar basicamente cinco categorias para escravos: *novos* (recém-chegados da África), *ladinos* (africanos aculturados no Brasil), *“escravos que trouxe”* (acompanhantes das tropas do interior do Brasil), *marinheiros* (pertencentes às embarcações das áreas litorâneas ao sul da Corte) e *crias* (filhos de escravos novos e ladinos). FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto Guedes. *Alegrias e Artimanhas de uma fonte seriada, despacho de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833*. Seminário de História quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Ouro Preto: ANPUH-MG, 2001, p. 244.

³ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 254.

⁴ Sobre a troca de papéis entre a mineração e a agropecuária mercantil enquanto principal atividade econômica de Minas veja, por exemplo, MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da devassa: a Inconfidência mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005 e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*. Niterói: UFF, 2001, passim (tese de doutorado).

⁵ PINHEIRO, Fábio W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809-c.1830)*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2007, pp. 97-100 (dissertação de mestrado inédita).

importadoras de mão-de-obra escrava ao longo do oitocentos, sendo, por sua vez, dona do maior contingente escravo do Brasil neste período.⁶

Francisco Vidal Luna e Wilson Cano estão entre os historiadores céticos em relação às idéias de Roberto Martins.⁷ Em linhas gerais, estes autores não acreditavam que a imensa população escrava existente em Minas no século XIX teria sido fruto das maciças importações de escravos. A partir de resultados de outros pesquisadores, Luna e Cano demonstraram que a situação socioeconômica de Minas após a derrocada do ouro em meados do século XVIII teria criado condições favoráveis para a “produção de escravos”, fato este que Martins teria subestimado em suas explanações. Sendo assim, para Luna e Cano a *reprodução natural* seria o principal responsável pela reiteração física dos escravos de Minas no século XIX e não o *tráfico de escravos*.

A teoria destes autores ganhou ampla adesão na historiografia mineira, principalmente entre importantes estudiosos como Douglas Cole Libby e Laird Bergad que desenvolveram profundas pesquisas sobre a forma pela qual a população escrava de Minas se reiterou ao longo dos séculos.⁸ Dentre estes, Bergad foi quem se apresentou de forma categórica em relação à teoria corrente. A partir de uma vasta pesquisa realizada com fontes censitárias e cartorárias (sobretudo com inventários *post-mortem*), o autor procurou demonstrar ao longo de sua pesquisa que “o impressionante aumento demográfico dos escravos de Minas Gerais durante o século 19 resultou em grande parte da reprodução natural, e não da importação da África por meio do comércio escravagista”.⁹ Sua convicção é tão forte nesta teoria que para o dito, não teria nenhum outro exemplo de qualquer sociedade escravagista de grande porte na América Latina e no Caribe onde este fenômeno tenha ocorrido.¹⁰

Eis assim o cenário no qual o presente trabalho se insere, onde as informações a serem expostas visam contribuir para a corrente discussão teórica em torno da população escrava de Minas. Para além da demonstração de números de ordem demográfica, este escrito pretende enriquecer este debate tendo como centro das atenções os indivíduos responsáveis pela movimentação das engrenagens do tráfico de escravos para Minas Gerais, embora o fio condutor deste texto seja o escravo.

Para tanto, iremos num primeiro momento estabelecer o padrão de tropas conforme o número de escravos enviados em cada viagem, procurando perceber, deste modo, o grau de *concentração* do mercado de cativos entre a praça mercantil carioca e o território mineiro. Com base nestas constatações, passaremos, num segundo instante, ao estudo dos principais agentes envolvidos no tráfico de escravos para Minas Gerais. A partir de uma seleção, onde escolhemos os indivíduos que enviaram mais de 20 escravos por mais de uma vez, colocaremos em foco importantes negociantes de grosso trato da praça mercantil carioca que se envolveram em grandes despachos para o território mineiro.

⁶ MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral. *História econômica da independência ao império*. São Paulo, ed. HUCITEC, 1996. Martins estima que nas sete primeiras décadas a província mineira teria importado, em termos líquidos, mais de quatro mil escravos por ano.

⁷ LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH/ÚNICAMP, outubro, 1983.

⁸ No tocante ao trabalho de Cole Libby, o autor não se preocupou, especificamente, em mensurar a importância do tráfico ou da reprodução natural e sim buscar uma relação de complementaridade entre ambas na formação socioeconômica de Minas ao longo dos oitocentos. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, *passim*.

⁹ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 21.

¹⁰ Idem, *Ibidem*.

Finalmente, destacaremos neste trabalho algumas famílias importantes da Zona da Mata mineira que também se lançaram no tráfico de escravos. Esta região, entre 1809 e 1830, pertencia a Comarca do Rio das Mortes, que neste período se sobressaía como uma das mais ricas de Minas Gerais devido à agropecuária mercantil.¹¹ Além disso, a Zona da Mata é um território conhecido pelo pioneirismo da implantação do café em terras mineiras – principal produto na pauta de exportação do Brasil no século XIX – se tornando a principal produtora da província em meados do oitocentos.¹² Mais do que isto, devemos salientar que a região da Mata mineira nos primeiros decênios do século XIX teve uma grande influência do tráfico de escravos no crescimento da sua população cativa, onde o africano do sexo masculino e em idade adulta obteve o maior incremento em relação a população crioula.¹³

Para a realização dos objetivos propostos, este trabalho irá se valer, fundamentalmente, dos códices 421 e 424 do Arquivo Nacional, onde é possível encontrar para a capitania/província de Minas Gerais os passaportes e despachos de escravos emitidos pela Intendência de Polícia da Corte na primeira metade do século XIX. Juntamente com os códices 390 e 425, esta documentação foi recentemente digitalizada para um banco de dados sob a organização do LIPIHS (Laboratório de Pesquisa em História Social) da UFRJ e do financiamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).¹⁴

Além da utilização deste fundo documental para fins quantitativos, iremos recolher também registros de ordem qualitativa. Nesse sentido, com o cruzamento de alguns nomes de proprietários da Zona da Mata mineira, coligidos de inventários *post-mortem*, com as informações dos tropeiros no momento dos despachos (nome, abonador, vendedor e etc.) e além de alguns dados arrolados em fontes secundárias, seguimos as trajetórias dos principais indivíduos envolvidos no tráfico de escravos para Minas Gerais, tendo o nome como fio condutor.¹⁵ Entretanto, devemos ressaltar que se trata de um estudo limitado, e isto se explica por dois motivos: 1) pela restrição do nosso universo ao circuito mercantil entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais e 2) pela falta de documentos que permitissem realizar um cerco maior dos personagens escolhidos. Portanto, utilizando as palavras de João Fragoso, estaremos aqui desenvolvendo no máximo uma micro-história feia, tapuia, diferente da conhecida micro-história italiana.¹⁶

Acreditamos, portanto, que este estudo permitirá uma compreensão mais profunda acerca do forte envolvimento da economia mineira com o tráfico atlântico de escravos. Para além, poderemos observar mais de perto o quanto esta prática mercantil não era movida somente pela impessoalidade ou, em outras palavras, pela lei da oferta e da procura.

¹¹ Sobre a agropecuária mercantil do Rio das Mortes veja, por exemplo, LENHARO, Alcir *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. cit., e FLORENTINO, Manolo. Op. cit.

¹² OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

¹³ Para saber melhor sobre a Zona da Mata mineira e sua população escrava veja PINHEIRO, Fábio W. A. op. cit., capítulo 1.

¹⁴ Para saber melhor sobre os passaportes e despachos de escravos veja FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto Guedes. Op.cit., passim.

¹⁵ GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1991.

¹⁶ FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002, pp. 62-63.

A concentração do tráfico de escravos para Minas Gerais

No instante em que fazemos alusão ao mercado colonial brasileiro não nos é possível abstrair de uma de suas principais características inerente a sua estrutura econômico-social, qual seja: a concentração.

João Fragoso ao estudar os índices de concentração presentes no comércio de cabotagem do açúcar e do trigo nos anos de 1802, 1811 e 1822, percebeu, no primeiro caso, que apenas 10% dos comerciantes controlavam mais de um terço dos valores anuais negociados, enquanto 50% detinham menos de um quarto do valor. Para o trigo, a configuração era similar, ou seja, 15% dos comerciantes centralizaram mais de 40% das receitas negociadas anualmente, já 60% dos empresários negociaram menos de 42% dos valores gerados.¹⁷

No tocante ao tráfico Atlântico de escravos, Manolo Florentino afirma que apesar deste negócio envolver milhares de pessoas na América, Ásia, Europa e África, poucos controlavam as condições de sua operacionalização, *“provendo-o do capital necessário e, por conseguinte, dele auferindo os maiores lucros”*.¹⁸ A título de exemplo, das 1187 entradas de negreiros no porto do Rio de Janeiro registradas entre os anos de 1811 e 1830, das quais 1092 foram possíveis detectar os consignatários das embarcações, as dezessete maiores empresas traficantes (9,1% do total) foram responsáveis por quase metade das viagens, enquanto as 108 maiores empresas (58%) organizaram somente 13% das expedições.¹⁹

É neste cenário, portanto, que analisaremos a concentração do tráfico de escravos para Minas Gerais entre 1809 e 1830. Apesar deste contexto, não se pode deixar de ressaltar que a concentração das atividades mercantis ligadas ao exterior era bem mais acentuada em relação às práticas vinculadas à circulação interna de bens. Os motivos os quais explicam esta diferença podem ser resumidos em dois pontos: 1) o montante do investimento inicial requerido pelas atividades direcionadas ao mercado externo era bem mais elevado, seja na importação, seja na exportação e 2) este alto investimento inicial do comércio exterior, por sua própria natureza marítima, envolvia gastos elevados com capital fixo (naus) e seguros.²⁰

Diante dessas considerações começaremos, então, a estudar o perfil das tropas despachantes de escravos para Minas Gerais, tendo por base a metodologia desenvolvida por João Fragoso e Roberto Ferreira acerca da estrutura do comércio de escravos entre o Rio de Janeiro e o centro-sul.²¹ Em suma, nossa idéia é estabelecer um padrão de tropas conforme o número de escravos remetidos.

Para tanto, estabeleceremos uma divisão dos envios por tropa em duas ocasiões: na primeira, iremos avaliar 2402 despachos dos quais contemplam 13.581 cativos no período de 1809 a 1822 e na segunda ocasião, situada entre 1824 e 1830, se fará o mesmo para os 7692 despachos responsáveis pelos registros de 54.478 escravos enviados para Minas. Na presente divisão buscou-se uma tentativa de observar os padrões de despachos antes do processo de extinção do tráfico e durante tal processo, que acabou se efetivando em 1830. Em meio a esta conjuntura irá se averiguar também a tendência de concentração deste mercado e sua evolução ao longo do período, isto é,

¹⁷ FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 210.

¹⁸ FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p. 150.

¹⁹ Idem, p. 151.

²⁰ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia, c. 1790- c.1840*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 196.

²¹ FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto. Op. cit., p. 56.

se houve o registro de um aumento ou diminuição desta concentração. Ambas as fases estão expressas nas tabelas 2 e 2.1.

O panorama esboçado mostra em primeira instância a predominância das pequenas tropas nas remessas de um a dois cativos, com 57,9% dos despachos emitidos entre 1809 e 1822, sendo que entre 1824 e 1830 este índice foi de 49,8%. No entanto, estas tropas de pequena monta foram responsáveis por somente 13,8% dos cativos remetidos na primeira fase e 9,5% na segunda.

Temos também os tropeiros mais arrojados, assim denominados por Fragoso e Ferreira, ou seja, aqueles responsáveis pelo envio de 11 a 50 escravos. Embora representem uma parcela pequena enviaram a maior parte da força de trabalho remetida do Valongo. Tomando somente o intervalo de 1824-1830, este grupo contemplava 15,6% dos despachos, porém, enviaram 49,5% dos cativos registrados, ou seja, quase metade.

Acima destes últimos, observamos também os tropeiros de grande envergadura, estes são “empreendedores” que em uma única viagem enviaram para Minas Gerais mais de 51 almas, número suficiente, conforme Fragoso e Ferreira, para a montagem de um engenho de açúcar do porte das propriedades existentes na capitania fluminense, ou mesmo uma fazenda média de café do Vale do Paraíba do século XIX.²²

Entre 1809 e 1822 os despachos emitidos por este grupo foram de apenas 1,2% do total, em compensação, somente estas tropas foram responsáveis por quase 11% dos escravos enviados neste período, ou ainda 1432 almas no total. No período de 1824-1830, sua proporção cresce no mercado, com 2,1% das remessas e 17,4% da mão-de-obra enviada, ou então 9247 cativos na totalidade.

Embora estes tropeiros de grande envergadura tenham enviado uma quantidade menor de escravos se comparado às tropas arrojadas, os ditos partiram para Minas com uma quantidade substancial. Para se ter uma idéia, enquanto no grupo de 11 a 50 a média das remessas foi de c. 22 almas por tropa, entre os homens que enviaram acima de 51 a média chegou a c. 71 escravos por tropa entre 1824 e 1830!

²² FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto. Op. cit., p. 57.

Tabela 2: Despachos e quantidades de escravos (novos e ladinos) saídos do Rio de Janeiro para Minas Gerais (1809-1822)

# de Escravos enviados por tropas	Tropas	%	Total de Escravos dos códices	%
1	894	37,2	894	6,5
2	499	20,7	998	7,3
3	210	8,7	630	4,6
4	137	5,7	548	4,0
5 a 10	310	12,9	2152	15,8
11 a 25	242	10,0	3953	29,1
26 a 50	87	3,6	2974	21,8
51 a 75	21	0,8	1234	9,0
76 a 100	1	0,2	86	0,9
Mais de 101	1	0,2	112	1,0
Total	2402	100,0	13581	100,0

Fonte: Códice 421 do Arquivo Nacional (Banco de dados do IPEA).

Tabela 2.1: Despachos e quantidades de escravos (novos e ladinos) saídos do Rio de Janeiro para Minas Gerais (1824-1830)

# de Escravos enviados por Tropas	Tropas	%	Total de Escravos dos códices	%
1	2436	31,5	2436	4,4
2	1412	18,3	2824	5,1
3	724	9,4	2172	3,9
4	527	6,8	2108	3,8
5 a 10	1256	16,3	8710	15,9
11 a 25	829	10,7	13519	24,8
26 a 50	378	4,9	13462	24,7
51 a 75	94	1,2	5514	10,1
76 a 100	24	0,3	2068	4,0
Mais de 101	12	0,6	1665	3,3
Total	7692	100,0	54478	100,0

Fonte: Códice 421 e 424 do Arquivo Nacional (Banco de dados do IPEA).

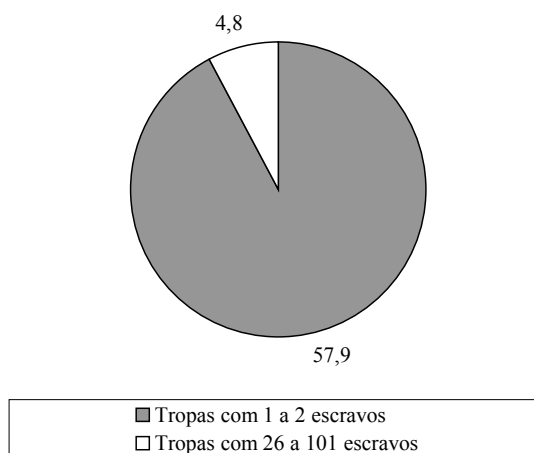
Analisando de outro modo averiguamos que no primeiro momento (1809-1822), enquanto, por um lado, 57,9% dos tropeiros (1 a 2 cativos) foram responsáveis pelo o envio de 13,8% dos escravos remetidos, por outro lado, apenas 4,8% (26 a 101 cativos) enviaram 32,7%. Já na fase subsequente (1824-1830), o número de tropeiros responsáveis por pequenas remessas decresceu para 49,8% das remessas, abrangendo, por sua vez, 9,5% deste mercado. A mudança mais expressiva foi o aumento da parcela de cativos despachados por parte dos tropeiros de maior cabedal, onde estes perfaziam somente 7% dos viajantes, mas enviando para Minas Gerais 42,1% dos escravos! (Gráficos 3, 3.1, 3.2 e 3.3)

Sendo assim, os resultados apontam para uma tendência de concentração do tráfico de escravos entre a praça mercantil carioca e a província mineira, tendência esta

que se acentua ao longo das primeiras décadas do oitocentos, como se observa no movimento dos gráficos 3.2 e 3.3.

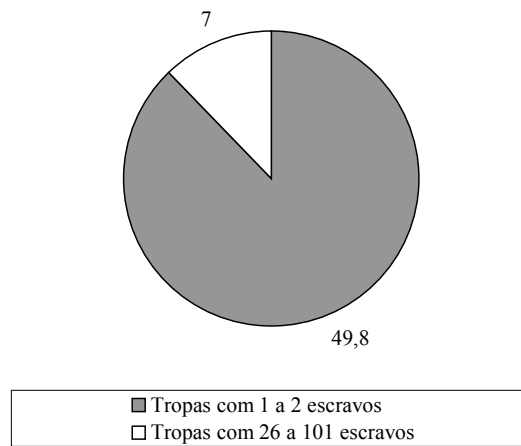
Este fenômeno, provavelmente, esteja relacionado ao processo de extinção do tráfico Atlântico de escravos, na qual teria gerado uma oferta extremamente elástica nesta fase, o que poderia ter encorajado os tropeiros de porte médio a investirem de forma mais ousada na aquisição de mão-de-obra, quiçá, viabilizado por uma circulação de crédito mais acessível e vultoso no meio mercantil. Este fato teria também se refletido nos “empreendimentos” pequenos (1 a 2 cativos), que embora tenha diminuído sua proporção entre os períodos de 1809-1822 e 1824-1830, quantitativamente sua frequência no mercado se elevou substancialmente, passando de 1393 despachos para 3848, um aumento de 276%!

Gráfico 3: Distribuição (%) dos despachos de escravos para Minas Gerais segundo o padrão de tropas, 1809-1822



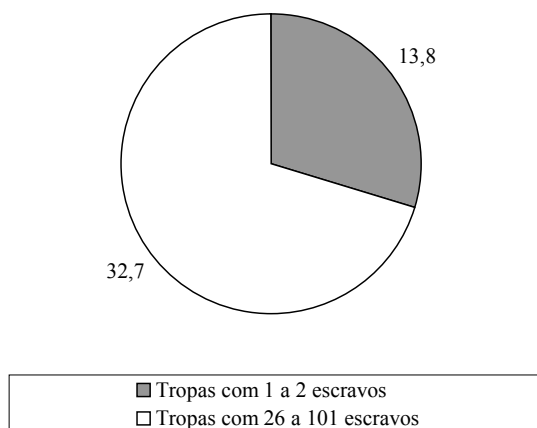
Fonte: Códice 421 do Arquivo Nacional (Banco de dados do IPEA)

Gráfico 3.1: Distribuição (%) dos despachos de escravos para Minas Gerais segundo o padrão de tropas, 1824-1830



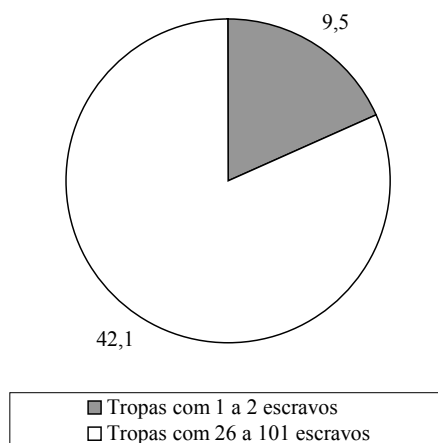
Fonte: Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional (Banco de dados do IPEA)

Gráfico 3.2: Distribuição (%) dos escravos remetidos para Minas Gerais segundo o padrão de tropas, 1809-1822



Fonte: Códice 421 do Arquivo Nacional (Banco de dados do IPEA)

Gráfico 3.3: Distribuição (%) dos escravos remetidos para Minas Gerais segundo o padrão de tropas, 1824-1830



Fonte: Códice 421 e 424 do Arquivo Nacional (Banco de dados do IPEA)

O significado do perfil do mercado de escravos entre o Valongo e a província mineira pode ser mais bem compreendido com a analogia do padrão mercantil do centro-sul. Nesse sentido, João Fragoso e Roberto Ferreira estabeleceram uma tipologia de tropas que saíram da praça mercantil carioca entre 1825 e 1830 e perceberam também uma tendência de concentração nos negócios envolvendo a redistribuição de escravos. As tropas pequenas, com o envio de 1 a 2 cativos, predominavam nos despachos, com 51,6%, mas retendo apenas 9% da mão-de-obra total no período. As tropas com 11 a 50 cativos respondiam por uma pequena parcela das remessas, entretanto, enviaram a maioria das almas saídas do Rio de Janeiro. Por fim, temos as remessas com mais de 51 escravos, que apesar de representar cerca de 3% dos tropeiros abasteceram em torno de um quarto dos mercados regionais.²³

Em face deste cenário, nossos resultados mostram que o comércio de escravos entre a praça mercantil carioca e a província mineira acompanhou o padrão dos negócios de escravos no centro-sul entre 1809 e 1830, em outras palavras, a redistribuição da força de trabalho no Brasil foi caracterizada por dois aspectos presentes nos traços estruturais do comércio colonial, que sobressaem (em graus distintos) tanto nas trocas internas quanto para com o exterior: “o perfil nitidamente concentrado dos negócios e, de forma paradoxal, o papel fulcral dos especuladores e comerciantes eventuais”.²⁴

²³ FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto. Op. cit., pp. 56-57.

²⁴ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. Op. cit., pp. 193-194.

Os personagens atuantes no tráfico de escravos para Minas Gerais

Diante do perfil concentrado dos negócios envolvendo as remessas de escravos para Minas Gerais, torna-se pertinente estudarmos, neste momento, os principais agentes que movimentavam as engrenagens deste comércio.²⁵ A partir do resgate destes indivíduos, acreditamos na possibilidade de ampliarmos nossa compreensão acerca deste traço estrutural presente no mercado colonial.

Para tanto, lançamos mão das informações constantes nos códices 421 e 424, quais sejam: os nomes dos sujeitos responsáveis pelos despachos para Minas Gerais e de seus afiadores ou abonadores.²⁶ Quando possível, retiramos também dados sobre os vendedores dos cativos enviados. Este registro também é fundamental, porém, não é muito freqüente na documentação de modo geral, podendo ser encontrada com maior intensidade no código 424.²⁷

A partir destes recursos, nosso procedimento foi identificar os indivíduos que despacharam para Minas Gerais mais de 20 escravos numa única viagem e por mais de uma vez. Esta delimitação se justifica pelo fato de ser um número suficiente de cativos para a montagem de uma grande propriedade,²⁸ o que nos permitiu, portanto, trabalhar somente com os proprietários detentores de alto pecúlio. Deve-se sublinhar que poucos tinham condições de adquirir uma quantidade substancial de mão-de-obra com uma determinada freqüência, prova disso, é a quantidade restrita de indivíduos nos quais se encaixavam no perfil demarcado. Em meio a tantos tropeiros e comerciantes que se aventuravam no Rio de Janeiro somente 146 agentes se enquadravam nos nossos critérios.²⁹

Não obstante, queremos salientar que as informações referentes aos sujeitos a serem citados foram cercados dentro de um universo limitado, qual seja: o tráfico de escravos para Minas Gerais entre 1809 e 1830. Deste modo, não estaremos aqui desenvolvendo uma análise ampla de trajetórias de comerciantes na praça mercantil carioca, e isto se explica por dois motivos: 1) é provável que estes proprietários estejam envolvidos em remessas menores de 20 escravos e em outros ramos mercantis, como, por exemplo, o abastecimento de produtos alimentícios para a Corte e 2) seria necessário disponibilizarmos um conjunto de fontes para que pudéssemos promover um cerco profundo no espaço percorrido por esses indivíduos.³⁰ Dentro do possível realizamos um cruzamento com algumas informações pontuais de outras referências bibliográficas.

Tendo em conta estas considerações podemos, então, partir para o estudo dos homens mais proeminentes no mercado de escravos entre o Valongo e a província

²⁵ O termo “engrenagens” era comumente usado por Fernand Braudel em referência as atividades mercantis no mundo moderno. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII* v. 2: Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996, passim.

²⁶ Segundo João Fragoso e Roberto Ferreira, abonador é aquele que afiança, ou ainda, que fica por fiador de alguém ou de alguma obrigação. Para entender de forma mais aprofundada o conceito de abonador veja FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto. Glossário. Banco de dados do IPEA. Disponível em CD-ROM.

²⁷ Idem, passim. Devemos ressaltar o quão importante foi as prescrições de João Fragoso e Roberto Ferreira, ao demonstrarem como era possível por intermédio dos atestadores e fiadores era possível estabelecer os personagens envolvidos em tais relações.

²⁸ Para confirmar esta informação veja FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p. 29.

²⁹ A listagem completa dos negociantes envolvidos nas grandes remessas para Minas Gerais pode ser visto em PINHEIRO, Fábio. Op. cit., pp. 160-163.

³⁰ FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto. Op. cit., p. 61.

mineira. Para isso, dos 146 agentes arrolados, selecionamos os 10 maiores envolvidos neste trânsito, como podemos observar na tabela 3.

Tabela 3: Os dez maiores negociadores do tráfico de escravos para Minas Gerais (com remessas acima de 20 cativos), 1809-1830

Nome	Número de escravos negociados
José Francisco de Mesquita	1453
José Antônio Moreira	1185
Joaquim Antônio Ferreira	1050
José Fernandes de Oliveira Pena	783
Francisco Xavier Dias da Fonseca	455
Antônio José Moreira Pinto	447
Marcelino José Ferreira Armond	337
Antônio Joaquim de Oliveira Pena	307
Bernardo José Ferreira Rabelo	306
José Lourenço Dias	305

Fonte: Códice 421 e 424 do Arquivo Nacional (Banco de dados do IPEA)

Devemos ressaltar que no número de escravos negociados não incluímos somente os indivíduos que eram despachantes, mas também quando os mesmos atuavam como abonador ou vendedor de outros despachantes de cativos para Minas.

Nesse sentido, José Francisco de Mesquita, José Antônio Moreira e Joaquim Antônio Ferreira se destacam, entre os selecionados, como os mais influentes no circuito mercantil entre Minas Gerais e a praça mercantil carioca nos anos de 1809 a 1830, sobretudo, na década de 1820. Entre despachar, abonar e vender ao longo deste período, estes agentes negociaram, respectivamente 1453, 1185 e 1050 escravos para Minas Gerais.

Neste pequeno grupo, nos chama atenção também a grande diferença existente entre os sujeitos integrantes do seletivo grupo. Apesar de estarem entre os dez maiores negociadores há um abismo entre os mesmos, como podemos observar pelo número de escravos comercializados por José F. de Mesquita e José Lourenço Dias, nosso personagem que iniciou este trabalho e que fecha este grupo com 305 cativos negociados para Minas. Uma das explicações possíveis para esta imensa distância está na frequência destes dois negociantes neste mercado, ou seja, enquanto Mesquita se envolveu em 33 operações de grandes remessas no período de 1813 a 1830, Lourenço Dias se lançou por 10 vezes neste tipo de empreendimento entre 1819 e 1830.³¹ Este fato mostra que embora diversos comerciantes tenham se aventuraram no tráfico de escravos para Minas Gerais, eram poucos os detentores de recursos suficientes para se manterem por um bom tempo neste trânsito.

Levando em conta estas constatações, promoveremos neste instante o resgate de algumas relações dos três maiores negociantes de escravos envolvidos nos despachos para a província mineira. Novamente devemos salientar que não estamos abordando todas as relações destes indivíduos na praça mercantil carioca, pois certamente estiveram presentes em remessas de menor porte ou até mesmo em negociações de mão-de-obra escrava para outras regiões do Brasil.

Sendo assim, podemos começar com o caso de José Francisco de Mesquita. Nascido em Congonhas do Campo na capitania de Minas Gerais, Mesquita foi para o

³¹ Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional (Banco de dados do IPEA).

Rio de Janeiro e ali se empregou na casa comercial de seu tio, um abastado comerciante.³² Além de enviar diversos cativos para Minas Gerais, vendeu e foi fiador de muitos tropeiros despachantes. Mesquita tinha também agentes que enviavam cativos em seu nome, como é caso de Antônio Francisco Ferreira, que em 12 de junho de 1813 partiu para Minas com 41 escravos, sendo onze acompanhantes da tropa e outros 30 remetidos por José Mesquita.³³

Em 23 de janeiro de 1826 despachou para o território mineiro 76 escravos, seu abonador na ocasião foi Francisco Antônio da Gama, três meses depois enviara mais 44 almas sendo afiançado pelo mesmo indivíduo. No dia 11 de dezembro do mesmo ano, Mesquita foi abonador de José Joaquim Monteiro de Barros e oito dias depois ele mesmo despachou 80 cativos! No ano de 1827, remeteu outras 42 almas e um fato curioso, ele mesmo aparece como seu fiador, o que não é tão estranho, pois para poder despachar escravos era necessário ter como fiador um mercador estabelecido na praça,³⁴ como Mesquita residia no Rio de Janeiro, provavelmente na ocasião o mesmo não necessitou de um abonador, demonstrando, assim, o seu prestígio no meio mercantil carioca.

Já em 1828, novamente aparece afiançando José Joaquim Monteiro de Barros, o que pode ser uma demonstração de uma relação bem próxima entre os dois. Dito de outro modo, este episódio, quiçá, seja uma amostra de relação entre sócios, na qual infelizmente não pode ser comprovado por não ter em mãos outras fontes. Além disso, Filipe Themudo Barata nos ensina que ser fiador não necessariamente implica uma relação de sociedade.³⁵

Dando prosseguimento, Mesquita envia mais 44 cativos em fevereiro de 1829 e foi abonado outra vez por Francisco Antônio da Gama, o que poderia também ser um indício de uma relação entre sócios.³⁶ No entanto, a possibilidade é mínima, pois além de Gama ter abonado a maior parte dos sujeitos idos para outras regiões do país, aparece registrado como funcionário da Intendência de Polícia da Corte.

Por fim, de outubro de 1829 até maio de 1830, Mesquita vendeu cativos novos para Francisco Martins Marques, José Ferreira Franco, José Ferreira Carneiro, Jerônimo de Arantes Marques e José Joaquim Monteiro de Barros, fornecendo, respectivamente, 50, 42, 176, 58 e 139 escravos.³⁷ É possível notar, então, nos anos de 1826 e 1830, o fato de Mesquita e Monteiro de Barros ter mantido, aparentemente, uma relação nada impessoal na praça mercantil carioca e ainda, pode-se dizer que este vínculo íntimo teria sido fundamental para José Joaquim – personagem a ser destacado adiante – conseguir remeter 244 cativos neste período.³⁸

Na situação de José Antônio Moreira, não foi possível resgatar nenhuma informação de ordem pessoal (moradia, naturalidade e etc.), pois não há registros de seu nome nos passaportes – documento no qual privilegia este tipo de informação – ao longo do período em questão. Em compensação, sabemos que foi abonador de Vicente Ferreira da Silva, Manoel Rodrigues Valinho e Antônio José Fernandes respectivamente em 1826 e nos dias quatro e onze de setembro de 1827.³⁹ Em julho e novembro de 1829 enviou em cada remessa 50 cativos e no mês de dezembro do mesmo ano, despachou

³² LENHARO, Alcir. Op. cit., p. 89.

³³ Códice 421, v. 3, p. 83, registro 488.

³⁴ FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto. Op. cit., p. 67.

³⁵ BARATA, Filipe Themudo. *Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p. 249.

³⁶ Códice 421, v. 21, p. 267v, registro 39.

³⁷ Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional.

³⁸ Ver nota 45.

³⁹ Códice 424 do Arquivo Nacional.

outros 53.⁴⁰ Em 1830, influenciado, quiçá, pelo fim do tráfico Atlântico – situação na qual gerou um desembarque desenfreado de africanos⁴¹ - Moreira remeteu para Minas Gerais nos meses de fevereiro, março e dezembro nada mais do que 159, 133 e 40 escravos respectivamente. Nestas situações, Francisco Antônio da Gama foi seu abonador em todos os despachos.

Ainda em 1830 encontramos um fato muito interessante nos registros de Moreira. No dia 26 de março deste ano comprou 133 escravos novos em remessa de Cabinda,⁴² ou seja, pelos indícios, este período de alta especulação no comércio Atlântico teria estimulado José Antônio Moreira a se aventurar de forma ousada neste setor, entretanto, não teria realizado este empreendimento sozinho.⁴³ Identificamos no mês de abril sua participação numa venda de 140 cativos novos para Bernardo José Ferreira Rabelo em sociedade com Basto Álvares de Oliveira Pereira, José da Costa Rodrigues e Joaquim Antônio Ferreira.⁴⁴ Em 1828, Moreira tinha, ainda, vendido 50 almas para este mesmo sujeito. Nota-se também neste caso, uma ligação frequente entre José Moreira e Bernardo Rabelo, o que nos remete a pensar novamente o quanto foi importante para Rabelo este vínculo, pois dos 306 cativos despachados para Minas, 190 foram comprados de José Antônio Moreira.⁴⁵

Passemos agora para o personagem Joaquim Antônio Ferreira, cujas informações pessoais também não foram identificadas. Sabemos que em 1826 e 1827 atuou somente como fiador nas remessas acima de 20 escravos, abonando nada mais, nada menos do que 13 tropeiros, quais sejam: João da Silva Torres, Francisco Teixeira Guedes, João Caetano da Costa, Luis Augusto Soares de Castro, José Gonçalves Moreira, Jerônimo de Arantes Marques, José Agostinho de Abreu, Joaquim José de Castro, Domingos Ribeiro do Vale, Joaquim de Almeida Leite, Joaquim Antônio de Abreu, José Teodoro de Araújo e Francisco de Paula Correia, no total foram despachados 510 escravos para Minas.⁴⁶ Em algumas ocasiões Ferreira atestou em conjunto com outros negociantes, como no despacho de 30 escravos realizado por Joaquim Antônio de Abreu em 12 de dezembro de 1827. Neste dia Ferreira abonou o dito tropeiro juntamente com Francisco Xavier Dias da Fonseca.⁴⁷

Como despachante Joaquim atuou por três vezes, em 1824, 1828 e 1830 enviando, nesta ordem, 23, 40 e 41 cativos para Minas.⁴⁸ Dentre as vendas que realizou, já citamos a comercialização de 140 cativos em conjunto com José Antônio Moreira e além dessa, outras duas nos despertou: a negociação com o Padre José Antônio da Silva, onde Luis José da Costa e a Companhia Viúva Carmo e Filho também participaram na venda de 38 cativos para o sacerdote em 1829 e o fornecimento de 39 cativos para o Reverendo José Antônio de Sá em março de 1830.⁴⁹

Com isso, diante da exposição das relações de José Francisco de Mesquita, José Antônio Moreira e Joaquim Antônio Ferreira é possível notar o quanto estes indivíduos eram influentes no tráfico de escravos para Minas Gerais no início do século XIX,

⁴⁰ Códice 421, v. 22, p. 129, registro 224.

⁴¹ FLORENTINO, Manolo. Op. cit, passim.

⁴² Códice 424, v. 4, p. 104, s/r

⁴³ Manolo Florentino afirma que a apesar da especulação ter um papel estrutural no tráfico de escravos, o período de 1790-1830, especialmente depois da abertura dos portos, mostrava-se altamente propício a este tipo de prática. FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p. 152.

⁴⁴ Códice 424, v. 4, p. 124, s/r.

⁴⁵ Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional.

⁴⁶ Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional

⁴⁷ Códice 424, v. 2, p. 88, s/r.

⁴⁸ Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional.

⁴⁹ Códice 424, v. 4, p. 108, s/r.

atuando intensamente – ou como abonadores, ou vendedores ou despachantes – nas remessas acima de 20 cativos. Não por acaso, sabemos, de maneira geral, que deste três, Mesquita e Ferreira figuravam como os mais importantes negociantes de grosso trato da praça mercantil carioca, ou seja, eram “empresários” que, simultaneamente, estavam envolvidos em grandes empreendimentos de diferentes ramos do trato comercial.⁵⁰ Cruzando seus nomes com a lista de João Fragoso e Roberto Ferreira, acerca dos maiores vendedores de escravos do Rio de Janeiro, constatamos que José de Mesquita e Joaquim Ferreira foram os dois maiores fornecedores entre os anos de 1825 e 1830, juntos venderam mais de 2000 cativos!⁵¹ Além disso, estes negociantes estavam inseridos também no tráfico Atlântico.⁵²

Podemos adicionar ainda que José Francisco de Mesquita, além de ter atuado nos negócios envolvendo escravos, comprava também algodão e outros gêneros de Minas Gerais.⁵³ Para além, chegou a receber de D. João VI uma comenda da Ordem de Cristo, devido a um *“bom serviço que prestou realizando em moeda os bilhetes do Banco aos tropeiros da Carreira de Minas Gerais, para que não decaísse de sua atividade o comércio que existe entre a capital e aquela província.”*⁵⁴

Portanto, as considerações enunciadas nestes três casos nos levaram a elaboração de uma hipótese, a saber: os liames mercantis estabelecidos entre estes indivíduos no tráfico de escravos para Minas Gerais nos anos de 1809 a 1830, talvez, tenha contribuído para o legado de um dos principais traços estruturais desta prática mercantil, *a concentração*. Diante do processo de abertura dos portos e de extinção do tráfico Atlântico na década de 1820, possivelmente, os tropeiros envolvidos com os três personagens preeminentes, conseguiram – com maior facilidade em relação aos outros comerciantes – acessos a créditos vultosos para viabilizarem grandes remessas num espaço curto de tempo, como mostramos no caso da ligação entre José Francisco de Mesquita e José Joaquim Monteiro de Barros. Não podemos nos esquecer, também, que estamos diante de um mercado pré-industrial onde as leis da oferta e da procura nem sempre se mostraram operante, ou ainda nas palavras de João Fragoso, *“estamos diante de um mercado restrito, característico de economias não-capitalistas.”*⁵⁵

Finalmente, a presença de José Francisco de Mesquita e Joaquim Antônio Ferreira no tráfico Atlântico de escravos nos remetem uma outra conjectura elaborada por João Fragoso e Roberto Ferreira: além dos negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro terem controlado o comércio internacional de almas, estavam envolvidos na redistribuição de africanos na região centro-sul do Brasil, por sua vez, os autores sugerem também que esses empreendedores eram os principais responsáveis pela reiteração das economias escravistas nestes territórios.⁵⁶

As famílias da Zona da Mata no tráfico de escravos para Minas Gerais

Alcir Lenharo mostrou que na primeira metade do século XIX, os proprietários do Sul de Minas tinham suas próprias tropas e, em geral, faziam uso do trabalho dos

⁵⁰ FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto. Op. cit., p. 60.

⁵¹ Idem, p. 64.

⁵² FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p. 254.

⁵³ LENHARO, Alcir. Op. cit., p. 84.

⁵⁴ Arquivo Nacional. Graças honoríficas. Documentos de 31 de maio de 1819. Códice 15, v. 7, fl. 36. Apud. Idem, p. 85.

⁵⁵ FRAGOSO, João L. R. Op. cit., p. 181.

⁵⁶ FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto. Op. cit., pp. 56-65.

seus filhos tropeiros. Com base nos relatos do viajante Saint-Hilaire, Lenharo constatou que as tropas mineiras constituíam uma extensão de suas bases familiares fundamentadas no trabalho dos filhos.⁵⁷

Embora o cenário apresentado pelo autor esteja se referindo ao comércio de abastecimento entre esta região e o Rio de Janeiro, é possível, também, detectar no tráfico de escravos para Minas Gerais a atuação de membros da mesma família no início do século XIX. Deste modo, iremos neste item destacar alguns dos principais personagens de famílias tradicionais da Zona da Mata mineira que se lançaram nesta atividade mercantil e suas relações com importantes negociantes do Rio de Janeiro.

Devemos destacar que este estudo foi viabilizado por meio do cruzamento dos nomes de famílias registrados nos códices 421 e 424 com os inventários *post-mortem* e referências bibliográficas. Ao mesmo tempo, é fundamental ressaltarmos aqui os limites desta pesquisa, pois com já foi dito, não disponibilizamos de um conjunto de fontes para uma ampla reconstituição das articulações sócio-econômicas dessas famílias ou de seus principais personagens. Na tabela 4, segue a relação das famílias e de seus integrantes envolvidos nas grandes remessas (acima de 20 escravos) para Minas no período de 1809 a 1830.

Em primeira instância, percebe-se que foi nas famílias Ferreira Armond e Leite Ribeiro onde identificamos o maior número de membros participando dos despachos acima de 20 escravos no Rio de Janeiro, enquanto a primeira família negociou 917 escravos a segunda realizou a operação de 668 almas. Em seguida, temos a família Monteiro de Barros que negociou 567 cativos e por fim, as famílias Silva Pinto e Dias Tostes, as quais foram responsáveis pelo envio de 99 e 96 escravos respectivamente.

De maneira geral, sabemos que os membros destas famílias se instalaram na Zona da Mata mineira no início do século XIX em diferentes municípios. Francisco Leite Ribeiro, por exemplo, se fixou junto com seu irmão Custódio Leite Ribeiro, Barão de Aiuruoca, em Mar de Espanha, localizada na porção sul da região em foco. Já os Tostes e os Ferreira Armond ocuparam as terras de Santo Antônio do Paraibuna (atual Juiz de Fora) na mesma época, enquanto os Monteiro de Barros, se estabeleceram em Leopoldina.⁵⁸ Todas estas famílias vieram do Termo de São João Del Rei (Leite Ribeiro, Silva Pinto e Monteiro de Barros) e do Termo de Barbacena (Ferreira Armond e Dias Tostes).⁵⁹ Embora estes grupos familiares tenham se estabelecido em locais diferentes, todos ocuparam as terras da Zona da Mata da mesma forma, ou seja, por meio de doações de sesmarias, nas quais foram transformadas em latifúndios e onde a cafeicultura predominava.⁶⁰

⁵⁷ LENHARO, Alcir. Op. cit., p. 79.

⁵⁸ CARRARA, Ângelo A. *A Zona da Mata mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Niterói: UFF, 1993, pp. 35-36. (dissertação de mestrado).

⁵⁹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit., p. 273.

⁶⁰ CARRARA, Ângelo A. op. cit., p. 36.

Tabela 4: Relação das famílias da Zona da Mata e seus integrantes no tráfico de escravos para Minas Gerais (remessas acima de 20 cativos), 1809-1830

Famílias	Números de escravos negociados
Família Ferreira Armond	917
Marcelino José Ferreira Armond	337
Honório José Ferreira Armond	195
Simplicio José Ferreira Armond	133
Mariano José Ferreira Armond	83
Lino José Ferreira Armond	70
Joaquim José Ferreira Armond	60
Antônio José Ferreira Armond	39
Família Leite Ribeiro	668
Antônio Leite Ribeiro	187
Floriano Leite Ribeiro	177
Francisco Leite Ribeiro	157
Luciano Leite Ribeiro	147
Família Monteiro de Barros	567
Romualdo José Monteiro de Barros	289
José Joaquim Monteiro de Barros	278
Silva Pinto	99
José Antônio da Silva Pinto (Barão de Ibertioga)	99
Família Dias Tostes	96
Antônio Dias Tostes	96

Fonte: Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional (Banco de dados do IPEA) e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit., pp. 273-274.

Na família Ferreira Armond, foi possível identificarmos que quase todos os membros ligados ao tráfico de escravos são compostos por irmãos. Marcelino, Simplicio, Mariano, Lino, Joaquim e Antônio são filhos do Alferes Francisco Ferreira Armond e de Felizarda Maria Francisca de Assis. Além desses, Francisco deixou outros seis filhos quando de seu falecimento em 1814. Trata-se de uma família tradicional do Termo de Barbacena que neste ano residia na fazenda denominada Moinhos.⁶¹ Em 1827, identificamos Marcelino Armond residindo na Freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato – localidade situada na Zona da Mata Sul – quando da morte de sua esposa Ana Joaquina da Silva.⁶²

No tráfico para Minas Gerais, além de ser o membro da família com maior número de escravos comercializados na praça carioca (337), Marcelino estava entre os dez principais negociantes nas remessas acima de 20 escravos (tabela 3), destacando-se, assim, como um personagem importante neste fluxo mercantil.

Envolvido desde 1816 nos grandes despachos, negociou a compra de escravos em duas oportunidades com Antônio José Moreira Pinto, uma em 1828, quando adquiriu 62 cativos e a outra em 1829, na aquisição de 70 almas, ou seja, em dois anos, Moreira Pinto vendeu 132 escravos para Marcelino.⁶³ Para se ter uma idéia, Antônio José era um importante negociante de grosso trato estabelecido no Rio de Janeiro e

⁶¹ Inventário *post-mortem* – AHMPAS - 2º vara civil - cx. 20 - ordem, 18.

⁶² Inventário *post-mortem* – AHMPAS - 2º vara civil - cx. 69 - ordem, 24.

⁶³ Códice 424, v. 2, p. 266, s/r e Códice 424, v. 3, p. 118, s/r.

estava ligado ao tráfico Atlântico,⁶⁴ sobressaindo-se, por sua vez, como um dos maiores vendedores de escravos na praça carioca.⁶⁵ Não por acaso, assim como Marcelino, Moreira Pinto estava entre os dez maiores negociantes do tráfico para Minas (tabela 3).

O mais interessante dessas relações é o fato de Antônio José Moreira Pinto não ter negociados escravos somente com Marcelino, mas com os outros componentes dos Ferreira Armond. Em 12 dezembro de 1826, o dito afiançou Simplício no despacho de 93 escravos para Minas,⁶⁶ dois anos depois também abonou Honório na remessa de 35 almas,⁶⁷ em 1829 vendeu 60 cativos para Joaquim José⁶⁸ e no ano de 1830 vendeu mais 38 para Lino José.⁶⁹ Temos, então, uma constatare conexão mercantil entre os Ferreira Armond e Antônio José Moreira Pinto, ligação na qual contribuiu, provavelmente, para o papel de destaque desta família no tráfico de escravos para Minas Gerais no início do século XIX.

Na família Leite Ribeiro, um personagem ilustre que se destaca é o Comendador Francisco, natural de São João Del Rei e como já foi dito, residente em Mar de Espanha. Descendente de uma importante linhagem de fazendeiros, criadores e negociantes, Francisco Leite Ribeiro era proprietário de diversas sesmarias em seu nome e em nome de familiares seus. Todos os seus 12 filhos estiveram profundamente articulados às atividades de comercialização entre São João Del Rei e a Corte, como também à produção e, principalmente ao financiamento do café.⁷⁰ Ao falecer em 1847, seu patrimônio acumulado foi, basicamente, de 225 escravos, 140 mil pés de café e 47 bestas de cargas, além do monte mor líquido de mais de mil contos de reis (Rs 1.087:024\$203).⁷¹ Francisco ao longo de sua vida demonstrou ser um empreendedor de múltiplos investimentos, no tráfico de escravos para Minas Gerais, especificamente, o identificamos em três ocasiões remetendo acima de 20 escravos nos anos de 1829 e 1830, neste período Francisco enviou para Minas 157 escravos.⁷² Dentre estes despachos, nos chama atenção sua negociação com Francisco Xavier Dias da Fonseca, onde este último lhe vendeu 80 escravos em março de 1830.⁷³ Dias da Fonseca era um negociante de grosso trato que se destacava também como um dos maiores vendedores de escravos no Rio de Janeiro,⁷⁴ além de estar entre os dez maiores negociantes do tráfico de escravos para Minas (tabela 3).

Podemos destacar ainda, a negociação entre parentes desta família. Em maio de 1828, Luciano Leite Ribeiro e Companhia vendeu 50 escravos para Antônio Leite Ribeiro, cujo abonador foi Francisco Antônio da Gama.⁷⁵ Percebe-se neste fato, que as constantes empreitadas deste grupo familiar na praça mercantil carioca, talvez, levaram os integrantes da própria família a se estabelecerem no Rio de Janeiro – como é caso da companhia de Luciano – com intuito de fortalecer e expandir suas conexões mercantis,

⁶⁴ FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p.256.

⁶⁵ FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto. Op. cit., pp. 60-65.

⁶⁶ Códice 424, v. 1, p. 122, s/r.

⁶⁷ Códice 424, v. 2, p. 129 s/r.

⁶⁸ Códice 424, v. 3, p. 170 v s/r.

⁶⁹ Códice 424, v. 4, p. 120 s/r.

⁷⁰ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. op. cit., p. 87.

⁷¹ Idem, p. 88 e CARRARA, Ângelo A. op. cit., p. 35.

⁷² Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional.

⁷³ Códice 424, v. 4, p. 72, s/r.

⁷⁴ FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto. Op. cit., pp. 60-65.

⁷⁵ Códice 424, v. 2, p. 229, s/r.

ou ainda, adquirir certa independência nos negócios, evitando, assim, a presença de atravessadores.⁷⁶

Sobre a família Monteiro de Barros sabemos que conseguiu a apropriação de um vasto patrimônio agrário em Leopoldina no ano de 1818, cuja distribuição foi facilitada pela presença de alguns de seus membros importantes nos cargos mais altos do governo da capitania e depois província de Minas Gerais. Dentre eles está Romualdo José Monteiro de Barros, Barão de Paraopeba, membro da segunda Junta do Governo Provincial.⁷⁷

José Joaquim Monteiro de Barros, que em 1816 aparece no Rio de Janeiro registrado com o título de tenente,⁷⁸ também se beneficia destas concessões neste momento, sendo contemplado com uma sesmaria.⁷⁹

No item anterior, já enunciamos que José Joaquim manteve constantes relações com o negociante de grosso trato José Francisco de Mesquita. Nas quatro ocasiões em que José Joaquim remete mais de 20 escravos, Mesquita atua em três, ou como abonador ou vendedor, dito de outro modo, dos 278 cativos negociados pelo Tenente, José Francisco aparece na negociação de 244 escravos!⁸⁰

Por último, temos a família encabeçada por Antônio Dias Tostes, nome este herdado desde a geração de seu avô, um português natural da Ilha Terceira do bispado de Braga e que se estabeleceu em Santa Rita de Ibitipoca em 1745.⁸¹ Dias Tostes era um proprietário de terras e foi um dos primeiros a ocupar as fronteiras da Zona da Mata mineira. Fazia parte do grupo dos maiores credores da região e era detentor de enorme prestígio político.⁸² No Rio de Janeiro fez negócios com o famoso José Francisco de Mesquita e Constantino Dias Pinheiro, também traficante de escravos no périplo entre África e o Rio de Janeiro.⁸³

No dia 18 de Janeiro de 1830, Mesquita, juntamente com Joaquim Antônio Rabelo, vendeu 20 escravos para Antônio Tostes.⁸⁴ Três dias depois Tostes comprou mais 20 cativos de Constantino Dias Pinheiro,⁸⁵ adquirindo outros 34 de Mesquita menos de três meses depois desta última operação.⁸⁶

Assim, em face do quadro esboçado, acreditamos ser digno de nota expor duas constatações: primeiro, as conexões mercantis entre as famílias de alta estirpe da Zona da Mata mineira e importantes negociantes de grosso trato da praça mercantil carioca contribui para o fortalecimento da concepção acerca da forte ligação da economia mineira com o tráfico Atlântico de escravos nos primeiros decênios do século XIX, idéia esta defendida ao longo de todo o trabalho.

Segundo, essas ligações mostram também a importância dos traficantes cariocas para as famílias mineiras que estão iniciando a montagem das “empresas” agro-exportadoras.

⁷⁶ Alcir Lenharo destaca a preferência dos proprietários por pessoas da mesma família na montagem de tropas para o comércio de abastecimento, evitando, portanto, a manipulação de intermediários nos preços finais dos produtos. LENHARO, Alcir. Op. cit., p. 80.

⁷⁷ CARRARA, Ângelo A. op. cit., pp. 36-37.

⁷⁸ Códice 421, v. 7, p. 179 v, r. 1028.

⁷⁹ CARRARA, Ângelo A. op. cit., pp. 36-37.

⁸⁰ Códice 421 e 424 do Arquivo Nacional.

⁸¹ BASTOS, Wilson de Lima. *Caminho Novo: a espinha dorsal de Minas*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004, p. 129.

⁸² OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. op. cit., p. 167.

⁸³ FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p.255.

⁸⁴ Códice 424, v. 4, p. 27, s/r.

⁸⁵ Códice 424, v. 4, p. 28, s/r.

⁸⁶ Códice 424, v. 4, p. 114, s/r.

Contudo, Mônica Ribeiro de Oliveira mostra que o processo de expansão e constituição da cafeicultura da Zona da Mata mineira não foi uma mera decorrência da ampliação da fronteira fluminense, ou seja, dentro de uma dinâmica própria a implantação do café nesta região não se deu nos moldes do processo registrado em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde a mutação do capital mercantil em capital agrário, proveniente dos negociantes de grosso trato, foi a principal “*força motriz*” da cafeicultura da região do Vale fluminense.⁸⁷ Enfim, para a autora, não se observou a presença de investimentos de agentes comerciais do Rio de Janeiro nas fazendas de café da Mata mineira: “*A origem das empresas cafeeiras da Mata prendia-se a investimentos originários da economia mercantil de alimentos, provenientes não da Mata, mas de outras sub-regiões, tradicionalmente vinculadas ao abastecimento da Corte.*”⁸⁸

Pois bem, tivemos a oportunidade de verificar que, quase todas as famílias pertencentes à futura elite cafeicultora da Zona da Mata⁸⁹ tiveram pelo menos um membro envolvido em grandes despachos de cativos (acima de 20 remessas) junto a importantes negociantes envolvidos no tráfico Atlântico de escravos. Portanto, por mais que se confirme a presença de capitais advindos de outras regiões mineiras no estabelecimento da cafeicultura da Mata, seria interessante não descartarmos, mesmo que de forma indireta, a presença de capitais da praça mercantil carioca neste processo.

Se considerarmos que: 1) muitas das operações observadas, provavelmente não se concretizaram com dinheiro sonante e 2) as relações de crédito deveriam ser fundamentais para aquisição de um grande número de escravos, principalmente, se levarmos em conta o fato do mercado colonial possuir uma precária capacidade de liquidez⁹⁰, temos, portanto, a possibilidade de muitas dessas famílias terem iniciado a formação de seus plantéis – principal inversão de um proprietário na sociedade escravista – com o crédito fornecido por negociantes do Rio de Janeiro.

Palavras Finais

Ao debruçarmos sobre os aspectos do tráfico de escravos para Minas Gerais entre os anos de 1809 e 1830 os resultados obtidos foram bastante instigantes. Primeiramente, vimos que o tráfico de escravos para Minas tinha como marca um traço estrutural do mercado colonial brasileiro, qual seja: a concentração. Entretanto, este mesmo mercado abria espaço para os comerciantes eventuais. Em face deste cenário, descobrimos importantes negociantes de grosso trato da praça carioca envolvidos freqüentemente na comercialização de grandes remessas (acima de 20 cativos) para Minas Gerais. Para além, vimos que importantes personagens da futura elite cafeicultora da Zona da Mata se lançaram neste grande empreendimento, tendo como abonadores e vendedores empresários cariocas com negócios no tráfico Atlântico.

Portanto, sem pretensão alguma em querer dar ao cenário apresentado uma conclusão definitiva, procuramos mostrar neste trabalho a íntima relação entre o tráfico atlântico de escravos e a economia mineira nas primeiras décadas do século XIX, contrariando, assim, a idéia que esta prática mercantil teve uma efêmera reanimação em pequena escala no território de Minas Gerais.⁹¹

⁸⁷ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. op. cit., p. 90.

⁸⁸ Idem, p. 91.

⁸⁹ A listagem das principais famílias do núcleo agrário-cafeicultor da região está em Idem, p. 273.

⁹⁰ FRAGOSO, João L. R. op. cit., p. 184.

⁹¹ BERGAD, Laird W. op. cit., p. 201.

Fontes e Bibliografia

Fontes Primárias

Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional (Disponível no banco de dados do IPEA, CD-ROM).

Inventários *post-mortem* da 1º e 2º vara civil do Arquivo Histórico Municipal de Barbacena Professor Altair Savassi (AHMPAS).

Livros, teses e fontes impressas.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. Niterói: UFF, 1994.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*. Niterói: UFF, 2001 (tese de doutorado).

BARATA, Filipe Themudo. *Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

BASTOS, Wilson de Lima. *Caminho Novo: a espinha dorsal de Minas*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII* v. 2: Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CARRARA, Ângelo A. *A Zona da Mata mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Niterói: UFF, 1993, pp. 35-36. (dissertação de mestrado).

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia, c. 1790-c.1840*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto Guedes. *Alegrias e Artimanhas de uma fonte seriada, despacho de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-*

1833. Seminário de História quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Ouro Preto: ANPUH-MG, 2001.

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LENHARO, Alcir *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH/UNICAMP, outubro, 1983.

MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral. *História econômica da independência ao império*. São Paulo, ed. HUCITEC, 1996.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da devassa: a Inconfidência mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

PINHEIRO, Fábio W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809-c.1830)*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2007, pp. 97-100 (dissertação de mestrado inédita).

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.